



OUTRAS HISTÓRIAS: PRÁTICA DOCENTE E PROMOÇÃO DA LEI 11.645/08 NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS

Roselée Aparecida dos Santos Oliveira¹

*Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ, Programa de Pós-graduação
em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares/PPGEDUC,
Seropédica, RJ, Brasil.*

Resumo: Propomos com este texto mostrar ações realizadas em uma escola pública municipal localizada em um dos bairros mais numerosos da periferia de Angra dos Reis. O projeto visa à promoção da Lei 11.645/08 no espaço da sala de aula, possibilitando às/aos discentes o acesso às histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas, estimulando e provocando assim, em nossas crianças a percepção da diversidade e, sobretudo, sua valorização. Traremos o projeto que o originou, o projeto “Outras histórias”, que tinha como principal objetivo aguçar, não somente o gosto pela leitura, mas também instigar histórias com protagonismos indígena e negro, ainda não tão comuns no universo escolar, apesar de ser de extrema urgência dada a relevância do mesmo na construção de uma educação antirracista. Relataremos também nossa participação em uma roda de conversa promovida pelo NEABI/UENF em 2020.

Palavras-chave: Educação; Lei 11.645/08; Ensino Fundamental; Anos Iniciais.

OTHER STORIES: TEACHING PRACTICE AND PROMOTION OF LAW 11.645/08 IN THE MUNICIPAL PUBLIC NETWORK OF ANGRA DOS REIS

Abstract: We propose with this text to show actions carried out in a municipal public school located in one of the most populated neighborhood on the outskirts of Angra dos Reis, in which we develop our an educational work, more specifically in the early years of Elementary School. The project aims to promote Law 11.645/08 in the classroom, allowing students access to African, Afro-Brazilian, indigenous histories and cultures thus stimulating and provoking, in our children, the perception of diversity and, above all, its valuation. In this specific text we will bring the project that originated it, the project “Outras Histórias”, whose main objective was to sharpen, not only the taste for reading, but also to instigate stories with indigenous and black protagonisms, still not so common in the school universe, despite being of extreme urgency given its relevance in

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares/PPGEDUC/UFRRJ. Mestra em Educação (PPGEDUC/UFRRJ). Graduada em Pedagogia (UFF). Professora de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) na Rede Pública Municipal de Angra dos Reis/RJ. Integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Culturas (GPMC). E-mail: roseapadosol2012@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1150-0150>

the construction of an anti-racist education. We will also report our participation in a conversation circle promoted by NEABI/UENF in 2020.

Keywords: Education; Elementary School; Initial Years; Law 11.645/08

OTRAS HISTORIAS: PRÁCTICA DOCENTE Y PROMOCIÓN DE LA LEY 11.645/08 EM LA RED PÚBLICA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS

Resumen: Nos proponemos con este texto mostrar acciones realizadas en una escuela pública municipal ubicada en uno de los barrios más numerosos de la periferia de Angra dos Reis, en la que desarrollamos nuestra labor docente más específicamente en los primeros años de la Enseñanza Fundamental. El proyecto tiene como objetivo promover la Ley 11.645/08 en el aula, permitiendo que los estudiantes accedan a las historias y culturas africanas, afrobrasileñas e indígenas, estimulando y provocando, en nuestros niños, la percepción de la diversidad y, sobre todo, su valoración. En este texto específico traeremos el proyecto que lo originó, el proyecto “Outras Histórias”, cuyo principal objetivo fue agudizar, no sólo el gusto por la lectura, sino también instigar historias con protagonismos indígenas y negros, aún no tan comunes en el universo escolar, a pesar de ser de extrema urgencia dada su relevancia en la construcción de una educación antirracista. Informaremos también de nuestra participación en un círculo de conversación promovido por NEABI/UENF en 2020.

Palabras clave: Educación; Enseñanza fundamental; Años Iniciales; Ley 11.645/08

AUTRES HISTOIRES: LA PRATIQUE DE L'ENSEIGNEMENT ET LA PROMOTION DE LA LOI 11.645/08 DANS L'ÉDUCATION PUBLIQUE MUNICIPALE D'ANGRA DOS REIS

Résumé : Avec ce texte, nous proposons de montrer des actions réalisées dans une école publique municipale située dans l'un des quartiers les plus nombreux de la périphérie d'Angra dos Reis, où nous développons notre travail d'enseignement plus spécifiquement dans les premières années de l'enseignement élémentaire. Le projet vise à promouvoir la loi 11.645/08 dans l'espace scolaire, en permettant aux élèves d'avoir accès aux cultures et histoires africaines, afro-brésiliennes et indigènes, stimulant et provoquant ainsi chez nos enfants la perception de la diversité et, surtout, sa valorisation. Dans ce texte spécifique nous apporterons le projet qui en est à l'origine, le projet "Autres histoires", qui avait comme objectif principal d'aiguiser, non seulement le goût de la lecture, mais aussi de faire naître des histoires avec des protagonistes indigènes et noirs, encore peu courantes dans l'univers scolaire, bien qu'extrêmement urgentes étant donné la pertinence de celles-ci dans la construction d'une éducation antiraciste. Nous ferons également état de notre participation à un cercle de conversation promu par NEABI/UENF en 2020.

Mots clés: Éducation; École élémentaire; Années initiales; Loi 11.645/08.

INTRODUÇÃO



“Estamos há 500 anos ao lado do homem branco e ele ainda vem até aqui perguntar como o índio come e como o índio dorme”.
(Algemiro da Silva em entrevista para MARTINS, 2016, p.17)

Metodologicamente falando, faremos a contextualização, o relato das principais ações realizadas no desenvolvimento do projeto que durará o ano letivo. Anterior a isto, uma breve apresentação da professora, como se deu a escolha do nome do projeto, o desenvolvimento do mesmo e algumas ações realizadas, com ênfase no “intercâmbio cultural” realizado entre turmas – indígena e não indígena. Nossa participação no encontro realizado virtualmente pelo NEABI/UENF no ano de dois mil e vinte também será relatado neste trabalho, pois sem dúvidas foi uma experiência de valorização enquanto profissionais da educação, como também foi uma oportunidade de estímulo à realização dessas práticas. Para tal, contamos um pouco de nossa modesta experiência, pois no decorrer de cada etapa o amadurecimento acerca do mesmo foi delineando as subsequentes.

Apresentaremos também algumas imagens do momento de desenvolvimento do projeto, tanto na escola em que atuamos como também no Colégio Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda na Aldeia Sapukai. Entretanto tais imagens foram propositalmente desfocadas por não termos a autorização das pessoas fotografadas para este trabalho.

Ao final, faremos uma avaliação, trazendo algumas das falas das personagens envolvidas durante o desenvolvimento do referido projeto, sinalizando o quanto nossas expectativas foram atingidas de forma negativa ou positivamente.

REPRESENTATIVIDADE IMPORTA: APRESENTANDO A PROFESSORA

Como mulher negra nosso trabalho foi voltado não só para as relações raciais, mas também na população negra e em seus movimentos de luta, de resistências. Além disso, há o envolvimento das questões de valorização da inclusão, tendo em vista os grupos considerados minoritários. Com isso, buscamos em nosso trabalho o combate ao racismo e demais práticas discriminatórias, como o machismo, sexismo, homofobia, entre outras.

Como docente dos iniciais do Ensino Fundamental ao longo dos anos temos percebido o quanto nossa presença como professora negra em sala de aula torna-se uma



referência para as crianças negras e o quanto isso tem sido positivo, da mesma forma, como essa relação tem se firmado para além da sala de aula e do ano letivo.

Neste sentido, nos deparamos com inúmeras situações que nos levam a reforçar uma prática, na qual as discussões raciais sejam constantes uma vez que há necessidade da luta antirracista em nosso cotidiano. Para tanto, damos continuidade ao desenvolvimento de ações que visem promover a Lei 11.645/08 em sala de aula, como apontaremos com o projeto a seguir.

O PROJETO “OUTRAS HISTÓRIAS”

O nome do projeto não fora criado tendo em vista o debate sobre modernidade/colonialidade (MC), mas possivelmente poderia, pois, a apropriação e o aprofundamento deste debate se fazem necessário, sendo uma discussão muito presente no Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Culturas (GPMC) no qual integramos desde o mestrado.

Compreender os processos de desigualdades e as relações sociais hierarquizadas de determinados grupos em detrimento a outros, principalmente no que tange aos países com os quais, a colonização, o regime escravocrata foi marcadamente - em algum/alguns períodos históricos – a base de suas economias. Tendo em vista a colonialidade e suas consequências nas sociedades originadas a partir deste processo, sobre o debate acerca da Modernidade/Colonialidade (OLIVEIRA, 2012)

“as questões levantadas por estes autores do grupo MC faziam referência às possibilidades de um pensamento crítico a partir dos subalternizados pela modernidade capitalista e, na esteira dessa perspectiva, a tentativa de construção de um projeto teórico voltado para o repensamento crítico e transdisciplinar, caracterizando-se também como força política para se contrapor às tendências acadêmicas dominantes de perspectiva eurocêntrica de construção do conhecimento histórico e social (OLIVEIRA, 2012. p. 40)

Diante do debate proposto pelo grupo Modernidade/Colonialidade (MC) (OLIVEIRA, 2012), percebemos também

[...]que a história oficial invisibiliza a dos povos que não foram considerados “civilizados”, modernos, na perspectiva eurocêntrica, na qual os povos “descobertos” pela Europa no período que compreende as grandes navegações não eram considerados detentores de conhecimento, cultura, enfim, uma história que é construída conforme afirma Dussel (1993), forjada na “subalternização dos outros”. (OLIVEIRA, 2017, p. 11)



As pesquisas de estudos sobre modernidade/colonialidade defendidas por autores latino americanos, nos apontam questões problematizadoras e reflexivas, para repensarmos a subalternização e a invisibilidade forjada aos povos originários e africanos desde a chegada dos europeus neste país. Tais questões nos instrumentalizam a repensar o que tenha sido de fato a chamada “modernidade”, pois ainda de acordo com esses estudos, a modernidade não passou apenas de uma estratégia perversa de hierarquizar, diminuir, negar o saber, a história, a cultura dos povos indígenas e africanos, criando uma falácia, um mito de sua superioridade diante desses, inaugurando, portanto, ainda segundo essa linha, mas especificamente em (DUSSEL, 1993) “o encobrimento do outro”. Pois apesar de não vivermos mais a colonização territorial, carregamos a colonialidade internalizada, introjetada, pois se não temos a colonização territorial propriamente dita, o ideal de história, cultura, povo, entre outros, ainda é a Europa ou mesmo os Estados Unidos e tudo aquilo que destoa desse ideário é considerado inferior ou primitivo. “Esta estratégia, de um lado, afirmou suas teorias, seus conhecimentos e seus paradigmas como verdades universais e, de outro, invisibilizou e silenciou os sujeitos que produzem “outros” conhecimentos e histórias” (OLIVEIRA, 2012, p. 40).

Esse debate vai de encontro às nossas questões ao trabalharmos a cultura, a história dos povos indígenas e da população negra, pois ainda de acordo com (OLIVEIRA, 2012),

Para vários desses autores como Enrique Dussel, Walter Mignolo, Aníbal Quijano, Arturo Escobar, Santiago Castro-Gómez, Ramón Grosfoguel, Catherine Walsh, Edgardo Lander, Nelson Maldonado-Torres, entre outros, foi este o processo que constituiu a modernidade, cujas raízes se encontram na colonialidade. Implícita nesta ideia está o fato de que a colonialidade é constitutiva da modernidade, e esta não pode ser entendida sem levar em conta os nexos com a herança colonial e as diferenças étnicas que o poder moderno/colonial produziu (OLIVEIRA, 2012, p.41)

E na contramão à colonialidade, esses autores defendem a decolonialidade como perspectiva de enfrentamento a este perverso “modelo”, como podemos ver em (OLIVEIRA, 2012):

A decolonialidade implica partir da desumanização e considerar as lutas dos povo historicamente subalternizados pela existência, para a construção de outros modos de viver, de poder e de saber. Portanto, decolonialidade é



visibilizar as lutas contra a colonialidade a partir das pessoas, das suas práticas sociais, epistêmicas e políticas (OLIVEIRA, 2012, p. 63).

Neste sentido, entendemos que priorizar em nossas práticas o que preconiza a Lei 11.645/08, construindo espaços de compartilhamento de saberes, de histórias, de culturas diversas é urgente na perspectiva da decolonialidade, em que o reconhecimento dos processos de luta e de resistência desses povos possam corroborar com a valorização dos mesmos.

Vale lembrar, que a escolha do nome não foi a partir deste debate (modernidade/colonialidade) e o mesmo não será aprofundado neste texto. O nome não fora uma escolha “direta” da professora foi fruto das construções feitas cotidianamente em sala de aula. Na verdade, o nome carrega a fala de uma de nossas alunas, o que mais adiante abordaremos.

O texto tem como narrativa principal o registro desse projeto e de seu desenvolvimento, muito embora de forma simples, porém com o objetivo de explicitar uma prática pedagógica que contemple mudanças comportamentais, através de reflexões pautadas na construção do respeito pela diversidade em suas inúmeras variantes, com foco principalmente nas relações construídas a partir das diferenças étnico raciais, tendo em vista promover a Lei 11.645/08, fomentando no espaço escolar o debate, consequentemente o combate ao racismo em suas diferentes nuances.

Destacamos também que não somos estudiosas da história e cultura indígenas, nossas pesquisas se dão “ainda” para a prática de sala de aula e para a nossa formação enquanto professora de anos iniciais do Ensino Fundamental e para o enriquecimento dessas práticas, tendo em vista nossa busca por uma conscientização crítica acerca dos processos de luta, de resistências das populações indígena e negra brasileiras. Portanto, buscamos compreender também a relevância e urgência de ações engajadas com as populações indígenas no intuito de fortalecimento de suas culturas, de seus territórios e não tão somente por eles/elas, mas sobretudo por todos nós que lutamos por uma educação, como Paulo Freire nos orienta - uma educação para a liberdade, uma educação emancipadora para todos os povos, indígenas e não indígenas.

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO: “TIA, CONTA OUTRAS HISTÓRIAS?”



Esta foi uma frase que pude ouvir de uma das alunas da Educação Infantil no ano de 2012, quando já havíamos iniciado o projeto, porém ainda não tinha este nome. E esta mesma aluna nos solicitava que contássemos as “outras histórias”, histórias estas que eram sempre diferentes daquelas com as quais estavam acostumadas, pois ao iniciarmos o ano letivo conversamos sobre as histórias que eles/elas mais gostavam e ou já tinham escutado, fizemos o tão famoso diagnóstico da turma, tanto para compreendermos os conhecimentos prévios que eles/elas carregavam, quanto para as ações que tencionávamos desenvolver, obviamente não fora nenhum espanto quando as “princesas da Disney” foram o repertório mais apresentado. A partir dessa constatação, propomos o conhecimento das histórias de outros povos, outros lugares, porém não havíamos pensado da forma como a aluna Amanda tão lindamente nos sugeriu e acabou por dar nome a todo o movimento desenvolvido em sala de aula para a aplicação daquele que se tornou o projeto “Outras Histórias”.

Estruturalmente o projeto é constituído de partes comuns, tais como apresentação, metodologia, desenvolvimento, conclusão, avaliação, recursos utilizados, estimativa de tempo, entre outros comumente utilizados na prática pedagógica. Obviamente, atenta-se para a faixa etária ou nível de escolaridade. Lembrando que a contação de histórias é uma atividade muito utilizada na Educação Infantil, entretanto, observamos em nossa realidade escolar que nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, esta prática não se torna mais tão comum. Esta simples observação também nos alertou a encarar tal fato como uma lacuna também a ser preenchida. Com isso, iniciamos privilegiando, obviamente, as literaturas africana, afro-brasileira e indígena. Em sala de aula se instigava a curiosidade acerca desses povos, suas culturas, suas histórias, pois o nosso município apresenta uma diversidade cultural, o qual conta com comunidades tradicionais diversas, tais como indígenas, quilombolas, caiçaras, dentre outras.

Durante o desenvolvimento do projeto realizávamos ações diversas já que era notória a crescente curiosidade das crianças. Dentre essas ações destacaremos neste texto, o último intercâmbio realizado com nossa turma de segundo ano e com uma das turmas do Colégio Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda na Aldeia Sapukai, no bairro Bracuí/ Angra dos Reis, realizado anteriormente à pandemia de Covid, no ano de dois mil e dezenove com a turma do professor indígena Lino Gonçalves da Silva. Para que a atividade fosse realizada houve todo um trabalho desenvolvido anteriormente, no



decorrer do ano letivo, pois entendemos ser necessário fornecer um conhecimento aos alunos acerca da diversidade cultural e o quão ela é positiva, desconstruindo os estereótipos, infelizmente, ainda presentes quando falamos da população indígena.

De acordo com José Ribamar Bessa Freire (2000) em seu texto as “cinco ideias equivocadas sobre os índios” nos sinaliza a urgência de que tais equívocos precisam ser discutidos e problematizados no espaço escolar. Entretanto, a escola ainda reproduz * a imagem dos povos indígenas, segundo o autor supracitado, como “o índio genérico”, detentor de “culturas atrasadas”, “culturas congeladas” e que “os índios pertencem ao passado” e “o brasileiro não é índio”. A naturalização e reprodução desses equívocos nos leva a ouvir frases como esta: “Como assim, meu filho não irá vestido de indiozinho para casa?” Esta frase foi falada a uma professora, colega de trabalho, por uma mãe de um aluno da Educação Infantil que demonstrava descontentamento já que, segundo essa mãe o sonho dela era ver seu filho “fantasiado de índio”. Infelizmente essas “ideias equivocadas” em relação aos povos indígenas não fazem parte somente do imaginário de responsáveis de alunos(as) e garantir que as mesmas sejam efetivamente discutidas, desconstruídas é um caminho longo, mas necessário, principalmente nos espaços escolares.

Durante a realização do projeto desenvolvemos diferentes atividades, como contação de histórias, exibição de vídeos diversos, rodas de conversas após os mesmos, brincadeiras tradicionais das culturas trabalhadas, confecção de jogos, dicionários variados em Guarani, releituras de artesanatos, pinturas, músicas, aulas-passeio nas comunidades tradicionais de Angra dos Reis, mas especificamente, nas indígenas e quilombolas – passeios estes sinalizados como intercâmbios entre as/os discentes envolvidas/os.

Uma das escolas que lecionamos, a Escola Municipal Almirante Tamandaré já desenvolvia em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) a Lei 11.645/08. Esta unidade escolar está ricamente localizada nas proximidades do rio, mar e manguezal no bairro Vila Nova, também em Angra dos Reis.

Uma das atividades realizadas anualmente na escola citada acima era a roda de conversa com integrantes das comunidades tradicionais municipais. A imagem abaixo é o registro de um desses encontros, com a participação dos Guarani, mas especificamente com a fala do professor Algemiro da Silva enriquecendo ainda mais as aulas sobre as histórias e culturas indígenas.



Vale ressaltar que todas as imagens apresentadas no decorrer do texto, foram desfocadas por não termos autorização prévia das pessoas fotografadas.

Imagem 1: Roda de conversa com professor Algemiro da Silva Karai Mirim (Aldeia Sapukai) na E.M. Almirante Tamandaré



Fonte: ROSELÉA OLIVEIRA, 2018

Percebe-se nesta imagem o quão atentos(as) estão todos/todas ao redor, numa nítida demonstração de que aquela pessoa apresenta algo com a qual lhes é interessante e valioso, pois não fora necessário “lembrar-lhes” a importância de se ouvir, do participar, do respeito a quem tenciona trazer algo a ser compartilhado. Pois um de nossos objetivos com os projetos realizados não é somente ouvir os não indígenas sobre o que falam sobre os indígenas, mas, sobretudo, ouvir os indígenas, oportunizando espaços para que suas vozes, eles/elas falem por si mesmos(as).

Destacaremos em seguida o intercâmbio, por perceber quão rica foi essa experiência para nós, mas, principalmente, para aquelas crianças e jovens envolvidos, entendendo também que o mesmo só pode se dar positivamente, pois foi consequência de muitas ações anteriores a ele.

O INTERCÂMBIO ENTRE TURMAS: CONHECENDO CULTURAS...

O intercâmbio realizado com professores da aldeia Sapukai não foi uma inauguração nossa ou para este projeto. Durante algum tempo estivemos na Secretaria Municipal de Educação em Angra dos Reis e participamos como uma das coordenadoras do Núcleo de Ações e Políticas Interculturais (NAPI). Dentre as



coordenadoras, Norielem Martins sugeriu que uma das ações desse núcleo fosse - mediar a interlocução, essa experiência - tendo em vista a desconstrução de estereótipos, das já sinalizadas “ideias equivocadas” tão arraigadas, naturalizadas por não indígenas em detrimento dos povos originários.

Entretanto, a realização do intercâmbio realizado pelo NAPI se dava com as/os professoras(es) da Rede Municipal e também da Rede Privada. Após nosso retorno ao nosso lugar de origem - a sala de aula - repensamos essa possibilidade com nossas alunas(os).

Assim, durante o ano letivo, o desenvolvimento do projeto ocorre entre leituras diversificadas das literaturas priorizadas no mesmo, da mesma forma as demais atividades seguem a mesma lógica, como, por exemplo, os momentos de vídeos, selecionados de forma a explicitar a diversidade cultural desses povos, entre outros aspectos e em diferentes áreas. Obviamente, as atividades apresentadas precisam estar de acordo com a faixa etária e ano de escolaridade específicos.

Nossas turmas compreendem turmas da Educação Infantil ao quinto ano (anos iniciais), portanto as atividades vão de encontro o que estabelece Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional e as diretrizes próprias deste período escolar, como não poderia deixar de ser também e não menos importante, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana(Brasília-DF, 2005) e, obviamente a Lei 11.645/08 na qual buscamos subsídios necessários ao enriquecimento das aulas, fundamentação que nos respalde a prática antirracista cotidiana.

Tendo em vista os passeios aqui sinalizados como intercâmbio e apesar dos inúmeros obstáculos, conseguimos realizar anualmente esse trajeto para a aldeia, porém o mesmo não aconteceu para o Quilombo de Santa Rita do Bracuí. As últimas tentativas foram canceladas praticamente nas vésperas, mas diante de tudo isso, concordamos como (SILVA, 2016) quando reforça a necessidade de desenvolvermos tais experiências com nossos discentes:

Mesmo em meio às dificuldades burocráticas que possam existir, como, aquisição de um transporte coletivo e a liberação de alunos para uma atividade dessa natureza, vale a tentativa e insistência. (ARAÚJO; PAULO; SILVA, 2016, p 179)



ENRIQUECENDO OS SABERES

Imagem 2: Visita dos alunos Guarani



Fonte: ROSELÉA OLIVEIRA, 2019.

Imagem 3: visita ao Colégio Guarani



Fonte: ROSELÉA OLIVEIRA, 2019.

Com o desenvolvimento de atividades diversas durante todo o ano letivo, nosso projeto tem seu momento mais aguardado pelas crianças a ida à aldeia Sapukai ou ao Quilombo de Santa Rita do Bracuí. Ressaltamos que as idas ao quilombo, em suas últimas tentativas, ficaram de fato apenas nas tentativas, pois inúmeras vezes nossa ida fora cancelada por razões diversas, fugindo ao nosso controle.

Já em relação ao passeio, “a viagem” propriamente dita, este, sem dúvidas, um trajeto muito idealizado, aguardado ansiosamente por toda a turma, pois a maioria deles/delas desconheciam o próprio bairro onde se localiza a aldeia Sapukai, o bairro Bracuí.

O transporte é previamente agendado com meses de antecedência, confirmado inúmeras vezes com a empresa local, porém nem sempre tivemos a garantia de que em alguns momentos não possam ser cancelados, mesmo na véspera, fato este já ocorrido. Apesar das inúmeras dificuldades na execução do projeto, afirmamos nossa

determinação em proporcionar tais experiências aos nossos/nossas discentes, pois constatamos o quanto este momento possivelmente torna-se um grande privilégio em suas relações interpessoais futuramente.

O transporte não alcança o centro da aldeia ou mesmo a escola, o restante do percurso de terreno íngreme é feito em caminhadas, na qual orientamos para o uso de roupas e calçados confortáveis, garrafa de água, entre outros itens básicos. Diante de tanta empolgação o caminho não é obstáculo para aquela aventura tão sonhada nos últimos meses.

Imagem 4: Estrada Beira Rio, Sertão do Bracuí que leva a aldeia Sapukai/Bracuí/Angra dos Reis/RJ.



Fonte: ROSELÉA OLIVEIRA, 2019.

Esta é a estrada na qual comentamos ser íngreme, de fato ela é, mas para essas crianças e algumas responsáveis que sempre se colocam a disposição para nos auxiliar nessas saídas, viagens, todo o percurso é válido, diante da oportunidade vivenciada. Percebemos que não só para eles e elas, mas, sobretudo, para nós, foi também uma oportunidade para repensarmos o quanto a escola pode se aproximar não só das



famílias, como possivelmente criar estratégias que nos permitam construir positivamente olhares acerca da valorização à diversidade de forma geral.

PARTICIPAÇÃO NA RODA DE CONVERSA DO NEABI/UENF

No ano de dois mil e vinte, durante a pandemia pelo Covid, um ano que ficou não só marcado pelo isolamento social, como pelo escancaramento das desigualdades sociais no país, porém, apesar desses fatores lamentáveis, uma forma de comunicação que rapidamente multiplicou-se por toda parte foram os encontros, as formações, as rodas de conversas, as aulas, os trabalhos, entre outros anteriormente presenciais se transformaram em trabalhos remotos, possibilitando os encontros virtuais individuais e coletivos, na tentativa de amenizar os efeitos do distanciamento social, como também pelo seu formato virtual o que possivelmente facilitava a participação nesses encontros.

No ano inicial da pandemia - dois mil e vinte - fomos a convite do professor Waldelilo Melo apresentar o projeto desenvolvido em sala de aula durante uma das rodas de conversa promovida pelo NEABI/UENF. Sendo esta, nossa primeira experiência nesta modalidade de comunicação, apesar de toda a insegurança inicial, pudemos apresentar as ações que desenvolvemos na escola. Tencionamos com nossa apresentação estabelecer uma interlocução de engajamento quanto à necessária promoção da referida lei nos espaços educativos, entre outros.

De fato, foi e ainda está sendo uma experiência que nos acrescentou sobremaneira, pois na maioria das vezes, nos sentimos sozinhas, individualizadas em trabalhos pedagógicos nem sempre reconhecidos por todos os nossos pares, muito menos, com todo o coletivo da escola. E a possibilidade de dialogar com outras pessoas para além de nossos espaços, nos proporcionou o sentimento ainda mais de valorização dessas práticas, muito, embora, temos plena consciência do quanto ainda precisam ser aprofundadas, otimizadas e ampliadas para toda a escola, por todas as Redes de Ensino no país, em todos os espaços.

CONSIDERAÇÕES

A avaliação de nosso projeto acontece diante da observação e análise das falas, comportamentos, nas relações interpessoais diante de situações diversas apresentadas



propositadamente ou não. Ou seja, a princípio não estabelecemos, principalmente nas crianças menores, avaliações teóricas para medir-lhes o conhecimento sobre as questões trabalhadas, pois compreendemos que o retorno está presente diariamente seja na curiosidade, nos questionamentos apresentados, nas problematizações colocadas, pois esses são termômetros fundamentais para nossa análise quanto à assimilação ou não dos objetivos esperados.

Percebemos também no levantamento das salas de leituras o engajamento dessas turmas quanto na escolha de leituras deleites, pois procuram pelos autores/autoras, temas já trabalhados em sala. Da mesma forma, essas crianças, inclusive as/os menores da Educação Infantil, já se colocam atentos na escuta sobre os povos indígenas nas mídias sociais e também nos trazem as falas de seus familiares e, muitas vezes, fazem as interferências compreendidas como necessárias naquele momento. Situações essas que os próprios familiares nos relatam.

Entre essas e outras situações, quando criamos condições para que as relações interpessoais possam ser construídas num espaço onde a diversidade é apresentada positivamente, tendo como consequência sua valorização, entendemos ser este um dos caminhos possíveis na formação de uma consciência crítica pautada na coletividade, na humanidade que nos define.

Ao encerramos o texto com a imagem acima, nos reportamos a essas crianças, os caminhos percorridos e tantos outros a percorrer e temos a convicção de que foram de alguma forma “afetados/afetadas”, no sentido não só do afeto em si, mas na sensibilidade e no respeito ao se relacionarem dali por diante.

Sendo assim, construir tais estratégias em diferentes contextos urge e é fundamental. Ao pensarmos na promoção da Lei 11.645/08 na escola, buscamos com este trabalho trazer um pouco de nossas intenções com o projeto apresentado neste texto, quando nos propomos a desconstruir estereótipos, combater o racismo em suas várias formas, visibilizar aos nossos discentes a diversidade dos povos, suas histórias, suas culturas, pluralizando-as fundamentalmente. Sabemos quão pequena ainda é esta ação, mas acreditamos na educação proposta por Freire, em um de seus livros, que possamos pensar na “Educação como prática de liberdade” em que a educação “seja uma força de mudança e de libertação” para todos e todas.

A troca de experiências que realizamos com os/as discentes do Colégio Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda de acordo com o professor Lino Gonçalves da

Silva em nosso último intercâmbio (2019) em sua avaliação foi “um aprendizado para seus alunos também” pois ainda segundo ele, após esse momento puderam fazer rodas de conversas para discutirem a diversidade vivenciada naquele contexto também.

Neste sentido, entendemos a urgência não só de projetos como o que realizamos em nosso pequeno espaço da sala de aula, mas tendo em vista a obrigatoriedade da Lei 10.639/03, posteriormente Lei 11.645/08, vislumbramos ações diversificadas, ampliadas, verdadeiramente. Por exemplo o Intercâmbio apresentado neste texto já deveria ser garantido nos calendários letivos, com respectivos agendamentos na Rede Municipal trabalhada.

Apesar de neste texto não nos aprofundarmos no debate acerca da modernidade/colonialidade, entendemos ser esta uma das discussões de extrema relevância para o entendimento na construção de estratégias de enfrentamento ao modelo eurocêntrico hegemônico, reproduzido e legitimado nas relações sociais de um povo em detrimento de outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília-DF, 2005.

DUSSEL, Enrique. 1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt. Petrópolis, RJ: *Vozes*, 1993.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. In *Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH)*. Nº 01 – setembro, 2000. P.17-33.

MARTINS, Norielem de Jesus. Educação Escolar indígena Guarani no Estado do Rio de Janeiro: Tensões e Desafios na Conquista de Direitos. 2016. 96 p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) PPGEduc, Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro, *Seropédica*, RJ, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: *Clacso*, 2005. p. 227-277.

ARAÚJO, Karlane Holanda. PAULO, Adriano Ferreira de. SILVA, Joselina da. Professores de história e a lei 10.639/2003: docentes graduados na UFC e UECE e suas práticas em sala de aula. *Revista da ABPN* • v. 8, n. 20 • jul. 2016 – out. 2016, p.168-184

OLIVEIRA, Luiz Fernandes. História da África e dos africanos na escola: desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação dos professores de História. Rio de Janeiro: *Imperial Novo Milênio*, 2012.



OLIVEIRA, Roselá Aparecida dos Santos. Movimento Negro e Educação em Angra dos Reis. 2017. 86 p. Dissertação (Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) PPGEduc, Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro/UFRRJ, Seropédica, RJ, 2017.

Recebido em: 15/04/2022

Aprovado em: 20/05/2022